

O Movimento Grevista na Economia Brasileira Recente

Walber Carrilho da Costa

Resumo

Com o objetivo de analisar a evolução das greves no período recente da economia brasileira, esse trabalho, inicialmente, vai caracterizar o movimento grevista, como um instrumento de luta dos trabalhadores frente às formas de dominação do capital e que se apresenta sob diferentes tipos. Posteriormente, com análise das greves, os dados apresentados mostram que o movimento grevista no Brasil, que teve um grande impulso nos anos 80, começou a se esgotar a partir dos anos 90 e que, com a atual crise econômica do país, se encontra com dificuldades para uma nova reversão. Mostrando assim as dificuldades dos sindicatos em fazer frente as transformações estruturais no processo produtivo (com a implantação de novas tecnologias e novos métodos organizacionais) e as mudanças na conjuntura da economia.

1. Introdução.

A luta dos trabalhadores frente às formas de dominação e controle da produção, elaboradas pela organização capitalista do trabalho, se apresenta de diversas maneiras, tais como: as ações localizadas e coletivas - como os movimentos sindicais organizados - e as ações isoladas e pouco explícitas - como foram, por exemplo, as movimentos luddistas no início da Revolução Industrial e as resistências implícitas no interior das empresas (LEITE, 1994: 36). O objetivo desse trabalho é o de apresentar a evolução dessa resistência no período recente da economia brasileira, através de sua expressão mais contundente, que é o movimento grevista.

O movimento grevista é algo bastante complexo, e esse trabalho visa estudar a evolução das greves no Brasil, de meados da década de 80 até os dias atuais, tentando identificar a correlação entre essa evolução com a mudanças político-econômica do país tais com as transformações institucionais, a abertura econômica e os processos de privatizações. Para tal enfatiza-se aqui o método quantitativo, utilizando para isso dados secundários e uma pesquisa bibliográfica. Tais dados serão conseguidos através do *Boletim do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos)* (1983-98), que faz um acompanhamento mensal de todas as greves ocorridas no Brasil, sendo que “[A] coleta de dados [é feita] a partir de notícias de jornais e informações dos sindicatos” e dos dados da pesquisa “*Acompanhamento de greves no Brasil*” NEPP/UNICAMP (1978-97).

Serão utilizadas aqui apenas informações gerais sobre as greves no Brasil, onde é possível obter dados referentes ao número de greves, de grevistas e o número

de jornadas perdidas no ano. Além disso, é ainda importante salientar que esses dados nos permite verificar se houve, ou não, uma correlação entre evolução do número de greves e a o nível de emprego, pois, ao que parece, nos períodos recessivos há uma maior dificuldade de se realizar essa forma de reivindicação, talvez pela maior insegurança dos trabalhadores.

O período analisado é o de 1978-1998. Esse período foi escolhido, primeiro, devido a falta de informação, tanto por parte do DIEESE quanto do NEPP, de dados a respeito de greves antes de 1978; segundo, porque, através desse período, é possível verificar como se comporta a evolução do movimento grevista no Brasil e suas características (como pode ser visto com uma análise preliminar, nos **Gráficos 1 e 2**) em dois momentos distintos: um, antes da abertura da economia e do grande avanço das privatizações, até 1990; e outro, onde marca um novo início para os trabalhadores brasileiros, principalmente com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, que se comprometia com uma política de privatização das empresas estatais. A efetivação dessa liberalização econômica trouxe desafios para as lideranças sindicais e para operariado brasileiro, forçando-os a um redefinição de suas táticas reivindicatórias.

O trabalho proposto se divide em três seções incluindo essa introdução. A próxima seção se dedica aos conceitos teóricos, buscando uma definição para greves, bem como seus tipos e variações. A terceira seção analisa os dados propriamente ditos, mostrando a evolução e as mudanças ocorridas, a partir da década passada, na utilização desse instrumento de reivindicação, por parte dos trabalhadores. Trabalhadores esses que têm sofrido impactos importantes com as transformações da economia brasileira, principalmente com a abertura comercial, a qual tem levado o setor industrial a reestruturar suas formas produtivas, através da implementação da microeletrônica e da introdução de novas formas de organização do trabalho. Essa seção inclui ainda uma rápida análise da evolução das greves no Brasil durante todo o período do Estado desenvolvimentista, cuja importância é fundamental para se entender a constituição das relações de trabalho no Brasil. A última seção procura sistematizar as principais conclusões observadas ao longo do texto.

1. Greves: Significados, Formas e Tipos.

A greve é um importante instrumento de reivindicação, por parte dos trabalhadores, de seus direitos, de sua participação no espaço político, de redefinição

das relações de trabalho e de resistência às formas de dominação do capital sobre o trabalho. Apesar de seus vários significados econômicos e políticos, a greve pode ser resumidamente definida, de acordo com CATTANI (1997: 120), como uma

“cessação temporária do trabalho, decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de terem atendidas suas reivindicações específicas ao nível da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população (...). Fonte de instabilidade e de dinamismo sociais, ela pode ser uma forma de pressão para se obterem melhorias concretas e, também, um fator de identidade grupal ou de classe, na medida em que substitui o princípio da concorrência individual pelo da solidariedade”.

Assim, a greve é uma forma de pressão para se obter melhorias concretas (econômicas, sociais, melhor qualidade de emprego, políticas, etc.), sendo que sua possibilidade de ocorrência é uma condição prévia e necessária à negociação coletiva livre (MONTUSCHI, 1984: 377). De acordo com NORONHA (1994: 325), a greve possui um triplo significado,

“(...) seu significado, digamos, natural, isto é, como instrumento de reivindicação de questões relativas ao mundo do trabalho e portanto recurso de poder frente a empregadores; como instrumento de reconstrução das organizações sindicais; e como recurso político frente a governos

Apesar de se ter notícias de greves desde a antiguidade, esse instrumento de luta dos trabalhadores (legal na maioria dos países capitalistas contemporâneos) só passou a ser difundido, como tal, a partir do sistema capitalista de produção. Segundo CATTANI (1997: 121),

“Existem registros de paralisações do trabalho nos mais variados períodos históricos. Porém, é sob o capitalismo que a cessação coletiva, voluntária e combinada das atividades produtivas deixa de ter o caráter de excepcionalidade, transformando-se em prática reguladora das relações salariais”.

Porém, nem sempre as greves foram reconhecidas como um instrumento legal de luta dos trabalhadores. Durante vários períodos elas foram duramente combatidas, tanto pelo patronato, quanto pelo governo, sendo considerada um delito e reprimida pelo código penal de praticamente todos os países. Foi somente no final do século passado que as legislações repressivas foram abolidas na maioria dos países desenvolvidos (em 1864 na França, 1869 na Alemanha e 1890 na Itália). Mas foi somente após a Segunda Guerra Mundial que se obteve o reconhecimento como um direito (LEITE, 1992: 20-21 e CATTANI, 1997: 121).

No Brasil, o direito de greve só foi reconhecido em 1946, mantendo-se

bastante restrito, pois havia tantas exigências e penalidades ao exercício da greve, que, na prática, negava-se o próprio direito. Antes disso, com a Constituição de 1937, estava proibido o direito de greve. Com o golpe militar de 64, apesar do direito de greve ainda continuar reconhecido, com a Lei 4.330/64, com o Decreto lei 1.632/78, com a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, ampliava-se a intervenção estatal nos sindicatos e definia-se um processo tão complexo de convocações para assembléias, votações e notificações, que as greves tornaram-se praticamente proibidas. Segundo LEITE (1992: 29) “*O principal problema que ocorreu com a legislação é que a sua rigidez acabou tendo como consequência um grande desrespeito do movimento operário e sindical a seus preceitos*”.

A Constituição brasileira de 1988, simplificou e descriminalizou o direito de greve.

“Art. 9º. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º. Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.”

Esse artigo foi regulamentado logo em seguida pela Lei 7.783/89. Mas, apesar desse avanço, ainda continuam dispositivos legais dificultando o movimento grevista. Esse é o caso do poder normativo exercido pela Justiça do Trabalho, que estabelece o que as partes devem fazer, encerrando, artificialmente, o conflito explícito (ver DIEESE, 1995: 2). Isso pode ser visto pelo artigo (acima), que regulamenta o direito de greve no Brasil, dentro da constituição Federal, onde a lei define os “*serviços ou atividade essenciais*” e sujeita os “*abusos cometidos às penas da lei*”.

Dessa forma, a greve deixa de ser uma relação puramente privada entre trabalhadores e capitalistas, pois a intervenção Estatal é uma variante importante para determinar os rumos desse conflito. A intervenção do Estado nessa relação pode se dar de forma mais direta, tais como, a legislação, reconhecendo ou não o direito de greve; o poder normativo da Justiça do Trabalho, como visto acima, terminando artificialmente o conflito; ou até mesmo através da coerção, com a intervenção das forças militar e policial.

A intervenção Estatal ocorre, contudo, de maneira também mais indireta. Esse é o caso da ideologia dominante do Estado, a qual tem a função de manter o *status quo* e assegurar a relação dos homens entre si e com suas condições de existência.

Segundo ARANHA & MARTINS (1986: 71)

“(...) a ideologia assegura a coesão dos homens e a aceitação sem críticas das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da ‘vontade de Deus’ ou do ‘dever moral’ ou simplesmente como decorrente da ‘ordem natural das coisas’”.

Essa ideologia, a qual garante a reprodução das relações de produção, é, em última instância, realizada pela instalação dos “aparelhos ideológicos”. Talvez o AIE mais importante em relação ao processo de greve seja o das comunicações, que tem a função de usar a opinião pública contra os trabalhadores, onde as informações veiculadas são fragmentadas e retiradas do seu contexto histórico e social. Um caso clássico, que exemplifica essa proposição, foi apresentado por ARANHA E MARTINS (1986: 90), sobre a greve dos professores de 1979. Segundo as autoras

“Mostraram-se escolas fechadas, passeatas de professores, crianças soltas na rua, sem aula, mães sem saber com quem deixar os filhos para irem trabalhar. Foram apresentados todos os aspectos negativos, para a população, da greve dos professores. Omitiram-se do noticiário, entretanto, dados fundamentais que os levaram à greve: o cálculo do salário sobre 240 horas-aula mensais, sem considerar o trabalho, não remunerado, de preparação de aula e correção de exercícios e provas; o desgaste humano e afetivo de se lidar com quarenta ou cinquenta crianças e jovens durante oito horas por dia; a política de desvalorização da educação, que recebe verbas cada vez menores; as condições de vida de um professor que, mesmo dando oito horas-aula por dia, recebe um salário ainda indigno; a questão das férias de três meses que, ocupadas, em parte, com provas finais, conselhos de classe, preenchimento de diários, reuniões de planejamento e trabalhos burocráticos, acabam reduzidas a trinta dias. Tudo isso é omitido, mostrando-se somente o prejuízo imediato das crianças sem aula e divulgando-se a figura do professor como ‘mercenário da educação’, que se nega a cumprir a ‘missão’ de educar as crianças para um Brasil melhor”.

Dessa forma, o fenômeno da greve não é algo único, ao contrário, ele se apresenta sob diferentes tipos no que se refere às relações de trabalho, a depender, do momento histórico, do regime político, e do local onde ele se efetiva. O **Quadro 1** abaixo sintetiza os principais tipos de greves existentes.

Quadro 1: Tipos de Greve

Tipos	Características
a) Formas de luta sem paralisação	
<ul style="list-style-type: none">• Sabotagem	Produção deliberada de mercadorias com defeito, ou danificações das máquinas.
<ul style="list-style-type: none">• Operação Tartaruga	Diminuição proposital do ritmo da produção
b) Formas de luta com paralisação, ou greve propriamente dita	
<ul style="list-style-type: none">• Por Solidariedade	Paralisação de um grupo de trabalhadores para expressar seu apoio a outros trabalhadores
<ul style="list-style-type: none">• De Protesto ou Advertência	Paralisações das atividades por um período de tempo determinado <i>a priori</i> para marcar um protesto contra algum aspecto das condições de trabalho ou salariais, ou como uma demonstração de força para o patronato. O encerramento é marcado de antemão.
<ul style="list-style-type: none">• Selvagem ou Espontânea	Paralisações do trabalho levadas a cabo pelo conjunto dos trabalhadores sem contar com o apoio e muitas vezes em oposição mesmo ao sindicato.
<ul style="list-style-type: none">• Não-Espontânea	Paralisações do trabalho levadas a cabo por uma direção previamente constituída, seja pelo sindicatos ou pelas comissões de fábrica.
<ul style="list-style-type: none">• Políticas	Paralisações que se caracterizam por se dirigirem contra os poderes públicos para conseguir determinadas reivindicações
<ul style="list-style-type: none">• De Cobrança	Paralisação que se caracteriza por se dirigir ao patronato para conseguir determinadas reivindicações econômicas, ajustes salariais, pensões, melhores condições de trabalho, etc.
<ul style="list-style-type: none">• Gerais	Atinge diferentes categorias de trabalhadores e paralisa praticamente todas as atividades econômicas do país.
<ul style="list-style-type: none">• Branca	Paralisação sem abandono dos postos de trabalho.
<ul style="list-style-type: none">• De Ocupação	Além da paralisação do trabalho há também a tomada do local de trabalho pelos grevistas, que passa a controlar a empresa.
<ul style="list-style-type: none">• “Pipoca” ou “Conta-gotas”	Paralisação articulada e intermitente de várias empresas. São greves sucessivas e de curta duração visando potencializar a capacidade de resistência dos trabalhadores.
c) Lockout	Constitui o fechamento das empresas, provocando a paralisação do trabalho, por iniciativa do patronato. É utilizado como forma de pressão do patronato tanto sobre os trabalhadores quanto sobre o Estado.

Fonte: LEITE (1992), CATTANI (1997: 123) e GRACIOLLI (1997), elaboração do autor.

1. Evolução Recente das Greves no Brasil.

As primeiras greves deflagradas no Brasil foram datadas desde o final do século passado e início deste. Deve-se destacar que a abolição da escravidão (em 1888) e o início do trabalho assalariado foram um marco histórico importante para o surgimento destes movimentos. Constata-se que as greves estão associadas aos chamados “períodos político-econômicos”, ou seja, nos governos de cunho mais

democrático houve um crescimento no número de greves, enquanto que nos governos militares esse instrumento de reivindicação foi pouco significativo, devido às repressões e perseguições que caracterizaram tais períodos (NORONHA, 1994: 326).

Até início da década de 20, o anarquismo, principalmente o grupo dos anarco-sindicalistas, foi o principal veículo de reivindicação da classe operária brasileira, apresentando-se como um instrumento de luta e de conquistas dos direitos mínimos dos trabalhadores. Assim os anarquistas foram responsáveis pela nascente organização sindical e pelas principais manifestações da classe operária paulista da época. Esses movimentos constituem o processo de construção da identidade coletiva no Brasil, que se forjam nos locais de trabalho e de moradia e se convertem em movimentos mais amplos e abrangentes. Da década de 30 até a de 70, o movimento grevista foi instável, se alternando entre grandes atividades nos governos democráticos e praticamente inexistentes nos ditatoriais (**Tabela I**).

Tabela I: Média Anual e Total de Greves, Segundo Períodos Político-Econômicos. Brasil 1988-1997

Períodos Político-Econômicos	Média Anual	Total de Greves
1888 - 1900 Abolição - fim do Século	1,8	24
1901 - 1914 Pré-guerra	8,5	119
1915 - 1929 Da guerra à crise de 29	7,7	116
1930 - 1936 Vargas - Primeira fase	12,1	85
1937 - 1944 Estado Novo (1)	1,3	5
1945 - 1964 Democracia (populismo)	43,0	817
1965 - 1968 Militares (Castelo - Costa e Silva)	13,0	52
1969 - 1977 Militares (duros) (2)	-	-
1978 - 1984 Militares (abertura)	259,0	1.813
1985 - 1992 Democracia (Transição)	1.898,0	15.184
1992 - 1997 Democracia (Consolidação) (3)	796	4.776

Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa “Acompanhamento de greves no Brasil”(citado por NORONHA, 1994: 326, até 1992).

(1) - Os dados de 1888 a 1944 referem-se apenas ao Estado de São Paulo

(2) - Não há informação coletada para esse período.

(3) - Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de greves apresentados pelo Boletim do DIEESE, para o ano de 1996.

Foi no final dos anos 70 (período de abertura democrática) que o número de greves tomou proporções inéditas no Brasil. Muito em função da mudança na ação sindical, que passou de uma posição burocrática para uma de ação mais efetiva (surgimento do “Novo Sindicalismo”).

O “Novo Sindicalismo”, no Brasil, teve sua origem no final da década de 70, como resposta e oposição ao sindicalismo populista e burocrático vigente na época. Esse novo movimento tem como características básicas: a) foi mais contestativo e combativo, com uma tendência a recorrer mais intensamente às greves como uma forma de luta; b) tinha uma maior representatividade da base, pois busca expandir a participação por meio da organização de campanhas de sindicalização; c) estimulava a representação nos locais de trabalho, ou seja, no “chão-de-fábrica”, principalmente através das comissões de fábrica; e, d) admitia eleições sindicais com maiores condições de liberdade e competição. Assim o “Novo Sindicalismo” brasileiro representa o *locus* de luta na defesa de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, questionando os limites do Estado corporativista e criando oportunidades de expansão da cidadania operária (MANGABEIRA, 1993: 13-15). A partir desse momento grande parte dos sindicatos conseguiram recuperar seus espaços no cenário político nacional, sendo que, conforme POCHMANN (1996: 271) “(...) verificou-se um crescimento na taxa de sindicalização, no número de greves e na maior presença dos

sindicatos na vida nacional’.

O ano de 1978 representa um marco no ressurgimento das greves no Brasil, onde, desde então, as paralisações grevistas tiveram um crescimento de proporções inéditas no país (ver **Gráficos 1, 2 e 3**). O movimento grevista nos anos 80 podem ser divididos em 4 períodos. O primeiro vai de 1978-79, e é aquele onde se inaugura o atual ciclo de greves, principalmente no setor privado e com a incorporação de novas categorias nesses movimentos de luta. As greves desse período expressaram um momento de grande criatividade do movimento operário, através das comissões de fábricas, o aprofundamento da comunicação horizontal e movimentos de grupos informais à margem das estruturas sindicais oficiais (MARONI, 1982: 69). Entre as principais reivindicações desse período pode-se citar o piso salarial, a garantia de emprego, jornada de 40 horas semanais, o salário mínimo profissional, contra os regulamento repressivos internos nas empresas, em favor da liberdade sindical, pelo direito de greve, etc.

O segundo período (1979-82), é marcado por uma retração do movimento grevista, devido ao aumento da repressão à greves em 1979, com demissão de grevistas e descontos de dias parados; da recessão com o aumento do desemprego, com as taxas de desemprego aberto flutuando em torno de 8,0% (**Gráfico 4**) e o recrudescimento das reações empresariais à ofensiva sindical.

O terceiro período (1983-84) é caracterizado pela recuperação do movimento grevista, tanto no que diz respeito ao número de grevistas, quanto ao número de greves. Três fatores foram importantes para essa recuperação: a retomada das greves do setor privado, a extensão desse tipo de conflito para o setor público e a posse dos governadores eleitos pelo voto direto, pois nesse momento a repressão passou a ter um custo para os governos que, através de discursos democráticos buscavam sua legitimidade.

O quarto período (1985-1990) é marcado pela grande generalização dos conflitos grevistas no país, atingindo seu ápice em 1989. Apesar das leis ainda restritivas, na prática, a necessidade de legitimação do primeiro governo civil, levou a que essas leis fossem consideradas obsoletas, o que permitiu essa expansão, até então reprimida no período anterior (1980-84), do movimento grevista, a partir de 1985. Além do mais nesse período houve a participação de inúmeras categorias, nesses movimentos, que até então não haviam participado de greves anteriores. Vale destacar que durante os planos econômicos desse período, houve uma retração dos movimento

grevistas, mas esse, logo após a efetivação dos fracassos dos planos e com os aumento inflacionários, assumiam maiores dimensões.

Ao observar os anos 80, como um todo, o que se verifica de imediato é o aparecimento de um novo ciclo de greves no Brasil, iniciado em 1978, com uma evolução crescente desse movimento ao longo da década. Sendo que, de acordo com NORONHA (1991: 121), de ano a ano, a ação grevista foi sendo adotada cada vez mais por um maior número de categorias, especialmente após 1982. No início da década de 80 as paralisações começaram, basicamente no setor privado industrial, e ao longo do tempo passaram ser mais expressivas nos setores públicos ou de serviços, mudando assim as principais categorias grevistas. Outro aspecto importante a ressaltar foi a proporcionalidade da evolução do conflito trabalhista e as etapas da transição trabalhista. As greves foram também, além de ações apenas de reação, a forma de ação e reconstrução do movimento sindical.

A partir do final dos anos 80 e início dos 90 há um novo influxo dos movimentos grevistas no Brasil. Com a abertura da economia e com os programas políticos após, principalmente, o governo Collor, (que vão de encontro com os ideários neoliberais, com a internacionalização da economia, com as reduções salariais e o aumento do desemprego, principalmente no início da década de 90, e com a maior estabilização monetária, a partir do Plano Real) os sindicatos começam a perder força e os conflitos entre o capital e o trabalho tenderam a ser, cada vez mais, resolvidos de forma individual, dificultando as ações coletivas dos trabalhadores, movimento esse que tende a se confirmar ao longo do final da década de 90.

Com os anos 90, inicia-se assim, uma nova fase do movimento grevista brasileiro, onde esse tendeu-se a declinar. Do começo da década até os dias de hoje, pode-se evidenciar três períodos importantes. O primeiro vai de 1990-92, e é caracterizado por declínio de todos os indicadores das greves (ver **Gráficos 1, 2 e 3**). Nesse período o número de greves, de grevistas e da jornada de trabalho perdida caíram, respectivamente, cerca de 72%, 75% e 79%. Um fator importante a destacar é que, essa queda do movimento grevista no início dos anos 90 ocorreu num período onde houve um aumento das taxas de desemprego (segundo o IBGE a média mensal das taxas de desemprego aberto evoluíram de 4,48% em 1990, para 6,56% em 1992 - **Gráfico 4**) e grande instabilidade política (*impeachment* do Fernando Collor de Melo) o que vem a confirmar a dificuldade da ação dos sindicatos nesses períodos. Vale ressaltar que, apesar dessa queda, a média de grevistas por greve só teve uma ligeira

queda (passou de 8.611 grevistas em 1990 para 7.630 em 1992), tendo inclusive aumentado de 1990 para 1991 (11.938).

O segundo período que é possível observar, ao longo dos anos 90, para o movimento grevista no Brasil, vai de 1993 a 1996; que é caracterizado por uma estabilização. Em 1993, o número de greves e da jornada de trabalho perdida cresceram, em relação ao ano anterior, 23% e 58%, respectivamente. Porém, o número de grevistas caiu 41%. Essa atipicidade de crescimento do movimento grevista nesse ano parece estar ligada à defesa do emprego e do mercado de trabalho. Segundo os dados do BOLETIM DO DIEESE (Outubro de 1993: pag 37), no ano de 1993, das 652 paralisações 12,5% tiveram como um de seus motivos (ou como razão única) a defesa do emprego. Essa tendência, inclusive, do crescimento da defesa do emprego, não é uma tendência unicamente nacional. De acordo com essa mesma fonte (Outubro de 1993: 13), no dia 27 de janeiro de 1994, houve na Espanha, uma greve geral, também em defesa do emprego, realizada pelas centrais sindicais União Geral dos Trabalhadores (UGT) e as Comissões Operárias (CC.OO).

No ano de 1994 houve, novamente, um crescimento do número de greves no Brasil (19% em relação ao ano anterior). Porém, pode-se dizer que, apesar desse crescimento, o movimento grevista, como um todo, involuiu, pois houve uma queda do número de grevistas (-18%) e da jornada de trabalho perdida (-50%). Nesse ano vale destacar, segundo os dados do BOLETIM DO DIEESE, o mês de abril foi onde se registrou o maior número de greves (210), e o mês de setembro onde ocorreu o maior total de grevistas e de trabalhadores/hora parados (807.248 e 34.462.655, respectivamente). A diminuição do número de trabalhadores por greve ocorreu devido a estratégia do movimento sindical de realizar greves por empresas, pois do total de greves do ano apenas 16,48% foram mobilizações de categorias. Por último, vale ainda destacar que nesse ano ocorreu, no dia 23 de março, um “Dia de Protestos, Greves e Atos Públicos”, realizado pelas três centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical, onde a manifestação era contra as perdas salariais com a conversão dos salários pela média à Unidade Real de Valor (URV) (BOLETIM DO DIEESE, Março de 1994: 48).

No ano de 1995, tanto o do número de greves, quanto o número de grevistas continuam, praticamente, no mesmo patamar (variação de 6% e -2%, respectivamente). A jornada de trabalho perdida, apresentou uma queda um pouco

mais significativa (-12%), o que indica que o movimento grevista como um todo apresentou uma pequena queda, como consequência da recuperação econômica após o Plano Real em 1994. No entanto, vale ressaltar a ocorrência de algumas greves longas com grande número de trabalhadores, como a greve dos professores estaduais de São Paulo, que envolveu cerca de 180.000 professores e iniciou-se em 27 de março e atravessou por todo o mês de abril; a greve dos metalúrgicos (155.000 trabalhadores); dos previdenciários (100.000) e dos portuários (100.000) (BOLETIN DO DIEESE, vários números). O mês com maior número de paralisações foi em maio (145 greves, 744.672 grevistas e 73.461.856 trabalhadores/hora parados) com grandes mobilizações por categorias. Há uma permanência ao longo desse ano, de realização de greves por empresas, envolvendo assim um número cada vez menor de trabalhadores por paralisações, sendo que as greves por categorias envolviam o funcionalismo público. Outro fato importante que marcou as greves de 1995 foi o número de paralisações defensivas, sendo que das 1.056 greves, 295 (28%) tinham como principal reivindicação o acerto de vales, salários, 13º atrasados ou cumprimento de acordos. Ainda, do total do número de paralisações, 379 greves (35,89%) eram em função de reajuste salarial. O maior número de greves ocorreu em maio, mês em que muitas categorias têm data-base (BOLETIN DO DIEESE, vários números).

O terceiro e último período, a ser destacado aqui, em relação ao movimento grevista, vai de 1996 a 1997, onde se observa uma recuperação do movimento grevista no país. O que verifica em 1996, em relação à 1995, é novamente um aumento do número de greves e de grevistas, (18% e 12%, respectivamente), e principalmente da jornada perdida de trabalho (162%). Observa-se que nesse ano confirmou-se a tendência que se iniciou no ano de 1994, com um aumento de paralisações com um número médio cada vez menor de trabalhadores envolvidos. Essa tendência é devido à realizações de greves por empresas, que são em geral mais curtas com um menor número de trabalhadores envolvidos. Apesar disso, em 1996 houve um aumento da ocorrência de greves por categorias (24,80% do total das greves), principalmente no setor público. Assim como no ano anterior, grande parte das greves de 1996 teve uma característica defensiva, com um elevado número de reivindicações de garantia de recebimento de salários, 13º e benefícios atrasados (42%). O maior número de greves ocorreu em novembro, período caracterizado pela realização de muitas greves por empresas de metalúrgicos, químicos (ambas as

categorias com data-base no período) e funcionários públicos municipais por atraso de pagamento de salários.

Das greves realizadas ao longo do ano de 1996, vale a pena destacar duas: a primeira é a dos médicos do Instituto Estadual de Saúde Pública do Espírito Santo, que durou de setembro de 1995 a meados de março de 1996, sendo reiniciada em maio e se prolongou até outubro; a principal reivindicação foi o aumento do piso salarial. Além da duração o que é importante verificar foi o fato de que a categoria estabeleceu formas alternativas de mobilização como paralisações alternadas (trabalhavam dois dias por semana e paralisavam três). Outra paralisação importante foi a greve geral de 21 de junho, convocada pelas três centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical), envolvendo cerca de 12 milhões de trabalhadores, concentrados principalmente no Sudeste. As principais reivindicações dessa greve eram a *“busca pela reforma agrária, política de geração de empregos, melhores salários, aposentadoria digna e a manutenção dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores”* (BOLETIM DO DIEESE, julho de 1996: 50).

O ano de 1997 apresentou um comportamento relativamente atípico. De um lado, observa-se uma queda significativa tanto do número de greves quanto do de grevistas (-45% e -67%, respectivamente); de outro lado, verifica-se um aumento da jornada de trabalho perdida (45%), o que evidencia, ao menos em parte, o cenário de recuperação do movimento operário no país. Esse fenômeno parece estar indicando que as greves apresentaram ao longo desse ano uma duração maior, representando uma quebra com o movimento de greves por empresa e mais curtas que se apresenta no país a partir de 1994.

Os dados sobre o ano de 1998 ainda não se encontram completos. Porém, o que se observa é uma tendência de continuação de queda do número de greves e uma recuperação no número de grevistas. É difícil fazer qualquer prognóstico a respeito do futuro da resistência operária através do movimento grevista, principalmente no longo prazo, onde se observa uma série de mudanças nas organizações da produção (introdução de novas tecnologias e o novos métodos organizacionais) que têm dificultado a ação sindical e coletiva do trabalhador. No curto prazo o que se verifica é, de um lado, uma possibilidade de crescimento do movimento grevista, devido à desvalorização do Real, que tem puxado, para cima, os índices de inflação. Parece haver uma certa correlação positiva entre inflação e greves, pois nesses períodos os trabalhadores têm uma maior disposição de resistência, na tentativa de manter seu

poder aquisitivo. O ano de 1989 foi o ano de maior movimento grevista na história brasileira, onde se observava, com o último ano do governo Sarney, que a economia estava caminhando para uma hiperinflação.

Por outro lado, o que se verifica é uma maior dificuldade do movimento grevista em recuperar aquele dinamismo dos anos 80, perdido com o início dos anos 90. A recessão econômica, com queda no PIB e crescimento das taxas de desemprego, gera uma situação de incerteza para os trabalhadores, os quais, com medo de perderem seus empregos, perdem a noção de classe e solidariedade, dificultando qualquer ação coletiva. Essa dificuldade dos sindicatos está expressa no artigo de SILVA & AGUIAR (1998), para o Jornal do Brasil, onde, segundo as autoras

“O sindicalismo está dividido entre a colaboração com o governo, para evitar uma alta explosiva da inflação, e voltar à luta pela reindexação salarial. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, afirmou ontem que dará ‘uma trégua ao governo, pagando uma cota de sacrifício até que a inflação atinja os 10%’. Quando a alta acumulada chegar a este percentual, o sindicalista passará a apelar para greves e manifestações”.

1. Considerações finais

Pelo que se observa nesse três períodos indicados acima é o fato de que o movimento grevista nos anos 90 no Brasil, apresentou uma ruptura com os anos 80. Se naquele período anterior, de transição democrática, os trabalhadores apresentavam um nítido desejo de maior participação no cenário político e uma demanda de melhores condições de renda e trabalho, durante muito tempo reprimidas; nos anos 90 com a consolidação da democracia e do direito de greve, consolidando as relações de trabalho; com uma conjuntura desfavorável, marcada pelo crescimento das taxas de desemprego, principalmente após 1995; e pelo alcance dos trabalhadores de expressar suas demandas em outros fóruns, levou a que as greves tenham uma tendência declinante.

Além do mais, o que verifica é que nos anos 80 o movimento sindical, no Brasil, apresentou uma ruptura com o movimento internacional, pois enquanto no Brasil o período foi de recuperação do movimento sindical, no cenário internacional esse movimento entrou em um processo de crise. Os anos 80 foi, em geral, marcado pela queda das taxas de sindicalização em vários países desenvolvidos. Segundo ANTUNES (1997: 61), ao citar um trabalho de VISSER (1993), afirma que *“um decréscimo dessa intensidade, nas taxas de sindicalização, não encontra similar em nenhum momento da história sindical do pós-guerra”*. Somado a isso houve também

uma queda do movimento grevista em vários países. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de McILRO (1997: 53) que, em um estudo sobre os sindicatos na Inglaterra, mostra que

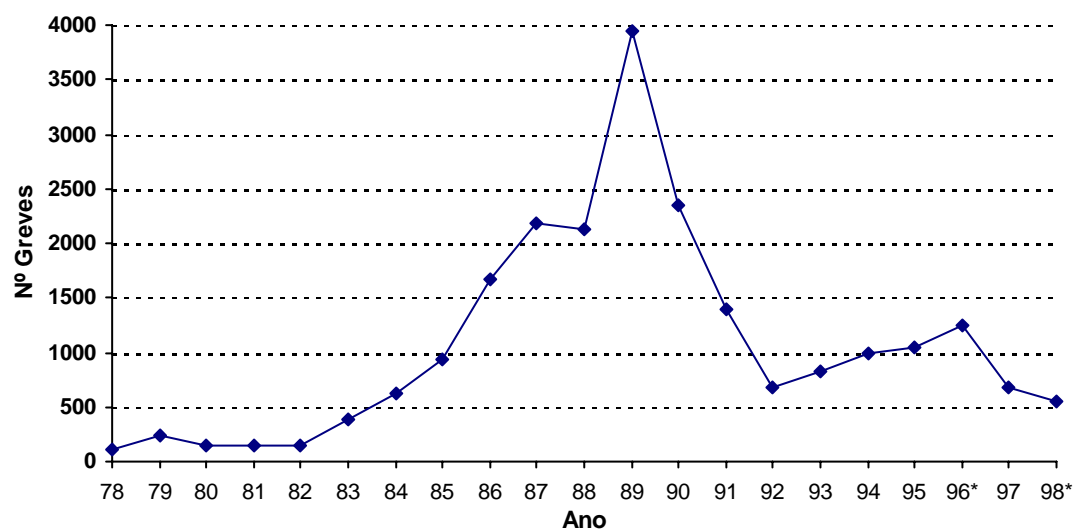
“Houve em média apenas 893 greves por ano entre 1986 e 1989, comparada com a média anual de 2.412 na segunda metade dos anos 1970 e 1.276 na primeira metade dos anos 1980. O número de greves caiu para 369 em 1991, 253 em 1992, 211 em 1993 e 205 em 1994, o menor número desde que os registros começaram em 1891”.

ALVES (1998: 14), também mostra que os índices de greves nos países de OCDE atingiram os níveis mais baixos, ao longo dos anos 80 e 90. *“(...) a média por ano dos dias ocupados em greves por 100 trabalhadores, no período de 1974-79 era de 40; no período de 1980-1990, decresce para 25, e em 1989-90, é de 16”*

Dessa forma, observa-se que a partir dos anos 90, com a mudança na economia brasileira, rumo a uma maior liberalização, e com as mudanças no setor produtivo, com a implantação, principalmente nos setores mais dinâmicos, de um processo de reestruturação produtiva, incorporando novas tecnologias (poupadoras de mão-de-obra) e novos métodos organizacionais; têm colocado os sindicatos em dificuldades para fazer frente a esse processo. Essas dificuldades estão relacionadas, principalmente, aos problemas que o mercado de trabalho vêm sofrendo, tais como a sua precarização e ao crescimento das taxas de desemprego.

Assim, o movimento sindical brasileiro se encontra preso às demandas defensivas, onde a consciência de classe do trabalhador têm sido fortemente abalada, tanto pela individualização das relações, quanto pela “captura”, por parte do empresariado, do movimento sindical. “Captura” essa evidenciada pelo “sindicalismo de resultado” e pela dificuldade de se levantar propostas ofensivas ao processo de transformação da economia. Pelo contrário, o que se verifica é uma diminuição da capacidade de influência do movimento operário nos rumos dessas transformações.

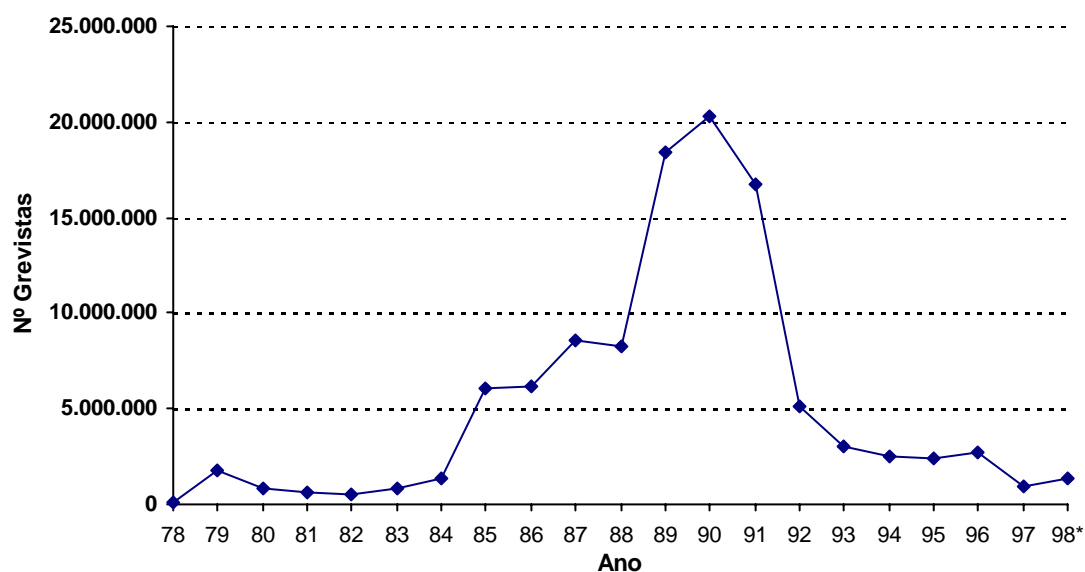
Gráfico 1: Número de Greves no Brasil (1978-1998)



Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa “Acompanhamento de greves no Brasil”.

* Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de greves apresentados pelo Boletim do DIEESE (a média mensal de 1998 diz respeito ao período de janeiro a agosto).

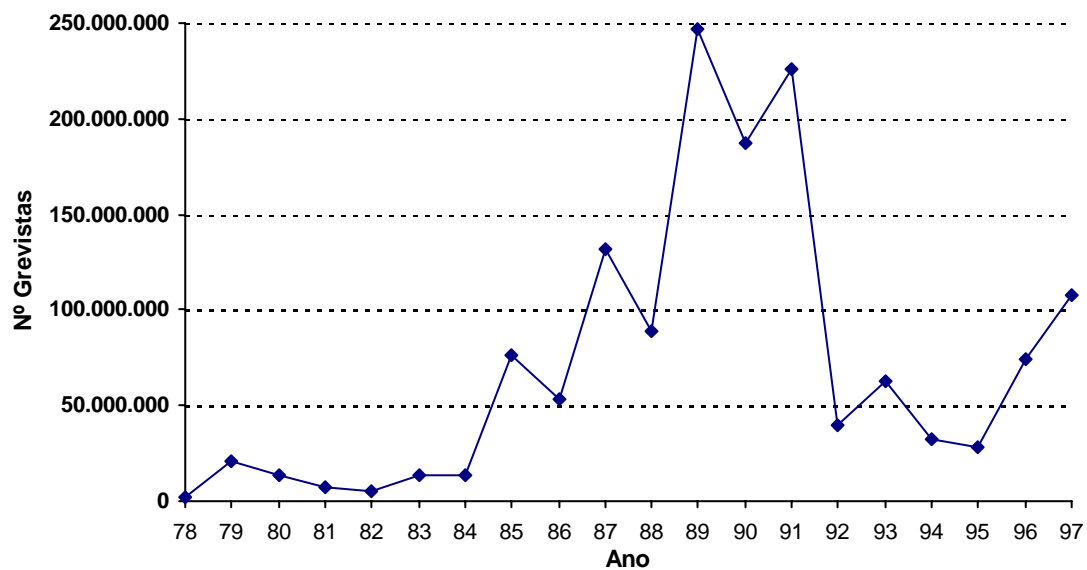
Gráfico 2: Média Mensal do Número de Grevistas no Brasil (1978-98)



Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa “Acompanhamento de greves no Brasil”.

* Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de greves apresentados pelo Boletim do DIEESE (a média mensal de 1998 diz respeito ao período de janeiro a agosto).

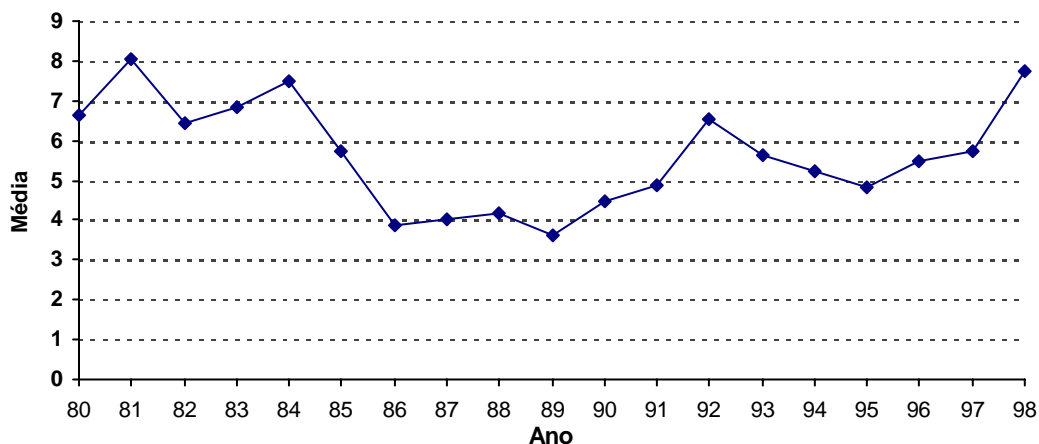
**Gráfico 3: Média Mensal da Jornada de Trabalho Perdida no Brasil
(1978-97)**



Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa “Acompanhamento de greves no Brasil”.

* Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de greves apresentados pelo Boletim do DIEESE (a média mensal de 1998 diz respeito ao período de janeiro a agosto).

Gráfico 4: Média Mensal da Taxa de Desemprego Aberto (Semanal) (1980-98)



Fonte: IBGE/PME.

1. Referência Bibliográfica.

- ALVES, Giovanni Alves (1998), Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil, IFCH/UNICAMP. Tese de Doutorado (mimeo). 417 p.
- ANTUNES, Ricardo (1997), Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 155p.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires (1988), “Ideologia”, In: Filosofando: introdução à filosofia, São Paulo: Moderna, p.70-93.
- BOLETIM DO DIEESE, vários anos.
- CATTANI, Antônio David (1997). “Greve”; In: Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico, Organizador Antônio David Cattani - Petrópoles: Vozes; Porto Alegre, Ed. Universidade, 1997, p. 120-126.
- DIEESE (1995). “Inovações Tecnológicas e Ação Sindical Frente a Reestruturação Produtiva”. In: Proyecto Regional “Cambio Tecnológico y Mercado de Trabajo”, Oficina Internacional del Trabajo, nº 18, Chile.

- GRACIOLLI, Edilson José (1997). Um Caldeirão Chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 207 p.
- HOBBSBORN, Eric J. (1987). Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Oficinas da História).
- LEITE, Márcia de Paula (1992). O que é Greve, 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 85p. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. (1994). O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária, São Paulo: Scritta. 331p.
- McILROY, John (1997). “*O inverno do Sindicalismo*”; In: ANTUNES, R. (Org.), Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra, Coleção Mundo do Trabalho, Boitempo Editorial: São Paulo, SP. p. 39-69.
- MANGABEIRA, Wilma (1993). Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 247 p.
- MARONI, Amnérís (1982). A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78). São Paulo: Brasiliense. 135p.
- MONTUSCHI, Luisa (1984). “*A Greve com Instrumento da Política Salarial dos Sindicatos: O Caso Argentino*”; In: Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), Vol. 14, Nº 2, São Paulo, p. 377-398.
- NORONHA, Eduardo (1991). “A Explosão das greves na década de 80”, In: BOITO Jr., A. (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 93-135.
- _____. (1994). “*Greves e Estratégias Sindicais no Brasil*”; In: O Mundo do trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. BARBOSA, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (Org.), São Paulo, Pagina Aberta.
- POCHMANN, Márcio (1996). “*Mudança e Continuidade na Organização Sindical Brasileira no Período Recente*”; In: Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado, São Paulo, Ed. Scritta, p. 269-301.
- SILVIA & AGUIAR (1998). “*Sindicato Pede Trégua*”. In: JORNAL DE BRASIL, 11 de março de 1998.